

UMA MULHER *AVANT LA LETTRE*: MARIA JOSEFA BARRETO E A IMPRENSA GAÚCHA NO SÉCULO XIX

A WOMAN AVANT LA LETTRE: MARIA JOSEFA BARRETO AND THE GAÚCHA PRESS IN THE NINETEENTH CENTURY

Gildênia Moura de Araújo Almeida
Giselle Andrade Pereira
Johny Paiva Freitas
UFC

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os escritos de Maria Josefa Barreto, poetisa e jornalista que viveu durante a primeira metade do século XIX, no Rio Grande do Sul. Para isso, seus textos serão investigados a partir das lentes críticas dos estudos de gênero, mais especificamente, aquela direcionada para a (re)visitação do passado histórico-literário, a qual é pautada numa crítica arqueológica que visa lançar um feixe de luz para a produção literária (ou não) de mulheres que ousaram questionar o sistema patriarcal e machista no qual estavam inseridas. Desse modo, como fundamentação teórica, dialogamos com o trabalho de Zahidé Lupinacci Muzart (1990), o qual visa retirar do ostracismo escritoras brasileiras do século XIX; de Constância Lima Duarte (2017), cuja pesquisa se centra na imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX, além, é claro, da biografia de Maria Josefa Barreto, escrita por Roberto Rossi Jung (2004). Sendo assim, o que nos interessa aqui é refletir acerca do valor político dos escritos de Maria Josefa Barreto e como ela conseguiu estar *avant la lettre*.

Palavras-chave: Maria Josefa Barreto. Imprensa. Feminismo.

Abstract: *This paper aims to analyze Maria Josefa Barreto's writings. She was a poet and a journalist who lived in the first half of the nineteenth century at Rio Grande do Sul, in Brazil. Therefore, Maria Josefa's works will be analyzed from the critical lenses of gender studies, in order to promote a literary rescue, which is based on an archaeological criticism which aims at presenting the literary production of women who have dared to question the patriarchal system. For our research we used the works of Zahidé Lupinacci Muzart (1990), who developed research about the Brazilian writers of the nineteenth century; Constância Lima Duarte (2017), who wrote about feminine and feminist press in nineteenth century in Brazil, and Roberto Rossi Jung (2004), whose biography about Maria Josefa Barreto helped us to understand the relation between both her life and journalistic production. Thereby, what interests us is to understand the political value of Maria Josefa Barreto's writings, and how she, as a woman located in sexist historical period, managed to be avant la lettre.*

Keywords: Maria Josefa Barreto. Press. Feminism.

INTRODUÇÃO

Como situar biograficamente uma escritora que durante tanto tempo foi relegada ao ostracismo pelos historiadores e pesquisadores de literatura? Como delinear a vida de uma mulher dentro de um contexto que a cerceava da participação pública nos espaços políticos? E como ela, apesar de e além de, ousou fundar e dirigir dois jornais de expressão política efervescente no Rio Grande do Sul do século XIX? Tais perguntas nos guiam por uma trilha que nos ajudará a chegar, ou melhor dizendo, recobrar o valor de Maria Josefa Barreto Pereira Pinto enquanto educadora, poetisa e jornalista política.

Para tentarmos responder alguns desses questionamentos, analisaremos neste artigo dois excertos políticos de Maria Josefa Barreto, ambos encontrados no jornal *Idade d'Ouro*, periódico no qual Maria Josefa foi redatora e colaboradora.

No entanto, é importante destacar, logo de início, que um dos empecilhos deste trabalho e de tantos outros que possuem como objetivo principal dar o devido reconhecimento às escritoras invisibilizadas por um sistema falocêntrico é justamente a dificuldade de acesso aos próprios textos dessas mulheres, uma vez que muitos deles não foram valorizados na época quando escritos, exatamente por serem assinados por mulheres, acarretando, assim, no desaparecimento total ou parcial desse material.

No caso desta pesquisa, boa parte dos números dos jornais nos quais Maria Josefa Barreto escrevia e colaborava sucumbiu durante as disputas relacionadas à Guerra dos Farrapos (1835-1845). Sendo assim, o que sobreviveu até os dias atuais foram apenas dois trechos de *A Idade d'Ouro* (1833-1834) e *Bellona Irada contra os sectários de Momo* (1833-1834), periódicos fundados por Maria Josefa Barreto.

Dessa maneira, o intuito de nossa investigação recai exatamente sobre a militância e o valor político dos textos dessa escritora gaúcha. Aliando-se a esse aspecto, é também de nosso interesse problematizar o modo como Maria Josefa Barreto, por meio da palavra, disparou críticas contundentes acerca do momento político que vivia, ou seja, o contexto da Guerra Farroupilha.

Sendo assim, a presente pesquisa está estruturada em três tópicos: no primeiro, é feito um breve resumo sobre a vida da escritora Maria Josefa Barreto, pontuando, principalmente, acontecimentos de sua trajetória profissional e de sua carreira literária. Para tanto, a biografia *A gaúcha Maria Josefa: primeira jornalista brasileira* (2004), de autoria de Roberto Rossi Jung, possibilitou-nos acompanhar o caminhar biográfico dessa autora e sua ativa participação na fundação dos jornais anteriormente mencionados.

Em seguida, são discutidas algumas informações acerca do contexto histórico e político no qual a escritora estava inserida, ou seja, a sociedade gaúcha dos primeiros decênios do século XIX. Além disso, também são pontuadas, de modo panorâmico, algumas questões referentes à imprensa feminina gaúcha daquela época, tais como o surgimento e a formação dos periódicos e a participação das vozes femininas na construção de uma resistência política dentro e fora dos jornais.

No segundo tópico, são apresentados os dois jornais fundados por Maria Josefa, cuja participação como redatora foi decisiva para inscrever no papel e no tempo suas reflexões, opiniões e posicionamentos enquanto mulher situada na ebulição das disputas políticas e econômicas advindas da Revolução Farroupilha.

Por fim, no terceiro tópico, são analisados os dois excertos jornalísticos de Maria Josefa que sobreviveram às intempéries de uma formação histórica e cultural escrita e narrada por e para homens. Além disso, nossa preocupação é compreender as estratégias mobilizadas por Maria Josefa para compor esses dois trechos, especificamente no que diz respeito ao modo como ela estrutura e organiza sua escrita.

Acreditamos que ao adotarmos essa perspectiva de leitura seja possível delinear, mesmo que difusamente, a mentalidade de uma mulher letrada que esteve intimamente envolvida com as questões políticas e ideológicas do Rio Grande do Sul nos anos iniciais do século XIX.

Para isso, utilizamos como embasamento teórico, os estudos das professoras Muzart (1990) e Duarte (2017), os quais nos auxiliaram a compreender os jogos e as disputas de poder envolvidos na produção literária (ou não) das escritoras brasileiras do século XIX. Sendo assim, também serão focalizados os desafios enfrentados pela imprensa feminina e feminista durante o período colonial no Brasil.

No que se refere à participação das mulheres (escritoras, mulheres escravizadas, professoras, entre outras) no contexto histórico da sociedade gaúcha do século XIX, em especial, na Guerra dos Farrapos, a obra *“Mulheres na Guerra dos Farrapos”* (2013), da historiadora Hilda Flores, permite-nos refletir sobre as diferentes formas de participação feminina na configuração do cenário político do Rio Grande do Sul. Em consonância com esse estudo, o artigo intitulado *“As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha”* (2008), da também historiadora Eloísa Helena Ramos, aponta-nos para a premência de outros recortes, outros olhares e outras vozes, como é o caso dos estudos de gênero, no que se refere à abordagem desse período crucial para a formação histórica do Estado do Rio Grande do Sul.

O intuito, segundo Eloísa Ramos, não é o de rasurar ou amassar a historiografia oficial assinada por homens, mas, a partir de um confronto dialético com ela, propor uma enunciação historiográfica que leve em consideração a potência das mulheres enquanto sujeito histórico e político, enunciador de sua própria narrativa.

MARIA JOSEFA BARRETO: A ESCRITURA DE UMA VOZ

Nascida no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVIII, na província de Viamão, Maria Josefa Barreto foi, segundo Muzart (2000), poetisa, escritora, professora de primeiras letras e jornalista. Percebe-se, de antemão, a partir dos ofícios exercidos por ela, que o contato com a escrita era intenso e profícuo, resultando na produção de poemas e artigos jornalísticos, os quais se perderam no tempo histórico e na memória. Desse modo, estamos lidando com uma mulher instruída, educada nas letras, e cujo *“legado não constam bens materiais (...) mas livros e material*

didático.” (MUZART, 2000, p. 76).

Filha adotiva de Teodósio Carvalho e Joaquina da Conceição, Maria Josefa foi, como afirma Muzart (2000), educada nas letras e rodeada de livros. Casou-se nova. Seu marido, carcereiro de uma delegacia que, ao deixar um preso fugir e ser condenado por isso, vai embora, deixando-a sozinha e com a responsabilidade de criar duas crianças. Assim, Maria Josefa encontra nos escritos jornalísticos uma maneira de se sustentar e manter a sua dignidade e a de seus filhos.

É também dessa relação com a escrita e com a leitura, compreendendo-as como vias possíveis de (re)existir a uma sociedade toda estruturada e equipada, legalmente e simbolicamente, para marginalizar as mulheres, que Maria Josefa Barreto fundou a primeira escola primária mista de Porto Alegre, na década de 1830, cuja sede se localizava em sua residência, na rua Santa Catarina.

Em uma de suas crônicas incluída no livro *“Antigualbas: Reminiscências de Porto Alegre”* (1996), publicado pela primeira vez em 1881, Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), o Coruja, aluno de Maria Josefa Barreto, que fora responsável por sua alfabetização, tece um breve comentário a respeito dos honorários pagos ao professor Antônio D’Ávila e à professora Maria Josefa, enquanto o primeiro recebia duas patacas por mês, Maria Josefa “se contentava com uma pataca só.” (CORUJA, 1996, p. 97).

Percebe-se nitidamente a desigualdade de gênero no ambiente do magistério daquela época, no qual, mesmo sendo precursora na área educacional, Maria Josefa Barreto recebia um valor pecuniário bem abaixo se comparado ao do seu colega de profissão. Sobre a situação das professoras pioneiras no contexto Farroupilha, Hilda Flores afirma que:

Não havia educandários; cada professora mantinha a “aula” em sua residência; raramente ensinava mais de duas ou três matérias. Cada professora informava pela imprensa o que se propunha a ensinar, alfabetização individual, pois o método Lancaster, de aprendizado em grupo, é da década de 1870. (FLORES, 2014, p. 213-214).

Desse modo, nota-se que mesmo não tendo uma infraestrutura escolar minimamente adequada para ensinar, muitas mulheres transformavam o próprio espaço doméstico em sala de aula, ampliando assim, a partir de uma prática educativa significativa, principalmente no que se refere à educação para as meninas, tanto o repertório de conhecimento formal, já que as moças eram alfabetizadas, quanto o alargamento dos horizontes de expectativa dessas jovens.

No entanto, temos a nítida consciência que as limitações formais e legais de ensino-aprendizagem impostas às mulheres durante esse período funcionavam como verdadeiros mecanismos de discriminação e controle pautados no machismo estruturante de uma sociedade patriarcal que relegava à mulher a um espaço de atuação restrito quase que exclusivamente à casa e às atividades domésticas. Isso pode ser comprovado pelo quadro de disciplinas ofertado às jovens moças nesse período histórico:

Primeiras letras, gramática latina ou nacional, contar, aritmética (3 anúncios cada);

ler e escrever (2 anúncios cada); português, latim, alemão, letras, religião e filosofia (1, cada). Desdobrando as “prendas domésticas”, oferecia-se para meninas aulas de: coser, bordar em várias especialidades, como marcar (2), civilidade e dançar (1, cada); música instrumental (4), tocar piano (4), cantar (3). (FLORES, 2014, p. 214).

Pela quantidade de anúncios destinados às aulas de “prendas domésticas”, totalizando quatorze (14) atividades, enquanto o somatório das outras ofertas voltadas ao ensino da leitura, da escrita e da matemática é de apenas seis (6). Essa distribuição corrobora com a percepção da professora Cláudia Castanheira (2011), a qual afirma que:

No caso brasileiro, contudo, sob os impositivos ideológicos de uma colonização econômica e cultural, a mulher deparou-se com graves obstáculos à sua inserção no cenário literário. Prevalecia o pensamento de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, portanto sua forma de pensar e de escrever não era levada em consideração. Por não possuir nem a independência intelectual nem a material – e uma coisa é ligada a outra –, a mulher, a que era considerada moralmente válida, não tinha como avançar muito além dos muros de seus quintais para adquirir uma cultura superior e dar vazão à sua criatividade. (CASTANHEIRA, 2011, p. 26).

Na escola fundada por Maria Josefa Barreto, as alunas e os alunos aprendiam latim, geografia, filosofia, entre outras disciplinas. Tal iniciativa demonstra o desejo embrionário de Maria Josefa de garantir educação às mulheres, as quais, no início do século XIX, eram forçosamente aprisionadas por seus maridos, pais ou qualquer outro membro masculino da família. Esta prisão, cujas grades eram mantidas pelos preconceitos e estereótipos machistas, como também pelas leis, inviabilizavam o trânsito das mulheres no espaço público.

É importante salientar que somente em 1827 foi aprovada a Lei Geral da Educação, na qual se previa a abertura de escolas femininas de primeiras letras e que, em 1879, a Lei Leôncio de Carvalho possibilitou legalmente o acesso das mulheres nas instituições de ensino superior no país.

Desse modo, Maria Josefa, ao fundar a primeira escola mista de Porto Alegre e exercer o ofício de professora, poeta e jornalista, revela-se uma feminista à frente das letras e do seu tempo, uma vez que rompe com os paradigmas impostos às mulheres daquela época, como, por exemplo, exercer a função de editora de um jornal.

A HISTORIOGRAFIA DA IMPRENSA GAÚCHA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Dentre os muitos benefícios que trouxe a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, destaco duas medidas que me pareceram da maior importância: a abertura dos portos e a instalação da Imprensa Régia, duas janelas que abriram o Brasil para o mundo, do ponto de vista político e cultural. (...) a Imprensa Régia

visou, inicialmente, apenas à publicação dos atos oficiais, mas em curto espaço de tempo passou a publicar obras que abrangeram quase todos os campos do conhecimento. (MINDLIN, 2010, p. 19)

Na esteira da reflexão proposta por José Mindlin (2010) acima, é nítida a importância da *Impressão Régia* (1808) para o alargamento e o desenvolvimento dos horizontes políticos e culturais do Brasil oitocentista. O destaque dado por Mindlin a esse fenômeno se deve a dois motivos: a circulação de uma cultura letrada, imprescindível para a construção de uma sociedade culta e instruída; e a formação de um público leitor, o qual deveria se inserir na sociedade elitizada a partir da escrita e da leitura.

Sendo assim, os impressos assumiram o papel de instruir para proporcionar a ascensão social dos sujeitos que se encontravam marginalizados dos caprichos da Corte. Inicialmente, como nos lembra Mindlin (2010), os jornais, ainda nas primeiras décadas do século XIX, serviram de meio de comunicação oficial: neles eram publicados atos oficiais diversos, desde notas até comunicados da Corte, ou seja, realizava-se uma função puramente burocrática.

Além disso, é necessário salientar que a vinculação desses impressos com a Corte portuguesa é de suma importância para a criação de uma imagem positiva do sistema monárquico, ou seja, a partir da escrita e da leitura desses primeiros jornais, a população leitora, formada basicamente por homens das camadas privilegiadas, entra em contato com o pensamento imperialista português, cuja base é a permanência e a manutenção da condição de Colônia na qual o Brasil se encontrava.

No Rio Grande do Sul, os jornais, de diferentes formatos, tendências e estilos, proliferaram-se durante todo o século XIX, como sublinha Roberto Rossi Jung (2004, p. 87-88): “quase ao findar do século XIX, Porto Alegre contava já com uma centena, quase, de jornais de todos os tamanhos, gêneros e formatos, alguns diários, outros semanais e outros, ainda, que saíam quando podiam.”

Pelo que se pode inferir a partir disso é que houve uma explosão da atividade jornalística, impulsionada principalmente pela implantação da *Impressão Régia* em solo brasileiro, a qual proporcionou tanto técnica quanto ideologicamente a criação e a circulação de vários jornais, como, por exemplo, para ficarmos apenas em alguns deles situados historicamente no início do século XIX, o *Diário de Porto Alegre* (1827-1828), *O Astro Liberal* (s/d), *O Constitucional Rio-Grandense* (1831), *O Amigo do Homem e da Pátria* (1830), *Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra do Rio-Grande de São Pedro* (1830), *Correio da Liberdade* (1831), *A Idade d'Ouro* (1833-1834), *Bellona Irada contra os sectários de Momo* (1833-1834).

Estes últimos fundados e dirigidos por Maria Josefa Barreto, gaúcha que escreveu acerca dos fatos políticos da sua época, não se limitou apenas em relatá-los, mas também demarcar, em tom irônico e cortante, sua posição partidária diante do conflito estabelecido entre os apoiadores da permanência do sistema monárquico, denominados Caramuru, e os republicanos, defensores da implantação da República.

No que concerne à imprensa das mulheres no século XIX, a pesquisadora Zahidé Lupinacci Muzart (2003), em diálogo com Guilhermino César (1973), destaca o nome de Maria Josefa no

quadro formativo da imprensa no Brasil. Sobre essa gaúcha, a pesquisadora afirma que:

Maria Josefa não era *lady*, era uma trabalhadora e uma mulher ‘de faca na bota’. Segundo Guilhermino César, “política e literatura, exasperação romântica e ideologia – eis a dieta dessa mulher que foi também adversária dos Farrapos e contra eles manejou a pena”. Mais tarde fundou outro, junto com Manuel dos Passos Figueira, de nome Idade d’Ouro, “um dos jornais mais característicos de nossa imprensa”, no dizer do mesmo Guilhermino César. (MUZART, 2003, p. 229, grifo da autora).

Por esse perfil biográfico delineado por ambos os pesquisadores, constata-se que a força política de resistência de Maria Josefa não se restringia apenas à palavra escrita, mas também às suas ações de mulher trabalhadora, mulher “de faca na bota”, que claramente coadunam com a verve injetada por ela nos escritos presentes em seus periódicos.

No embate político localizado na época da Revolução Farroupilha, Maria Josefa Barreto se alinhou ao pensamento dos Caramurus, os quais eram conservadores e pretendiam manter a estrutura social nas mãos da Monarquia. Além disso, ela teceu, em seus dois jornais, críticas rígidas “aos fazedores de Repúblicas!” (*IDADE D’OURO*, PORTO ALEGRE, n° 31, 1833, p. 122).

Nas discussões realizadas até aqui, uma questão se faz necessária para quem pesquisa a trajetória de mulheres invisibilizadas no tempo e no espaço, cuja marginalização pelo sistema patriarcal as transformaram em sujeitos invisíveis historicamente: nem sempre tais mulheres se alinhavam ao pensamento revolucionário da época em que vivia, ou seja, mesmo que suas ações possam e devam ser lidas como resistência do gênero ao sistema que as oprimia e que oferecia um escasso espectro de possibilidades de participação social, política, econômica e intelectual, tais mulheres, às vezes, defendiam uma política nacional conservadora, como é o caso de Maria Josefa Barreto.

Por isso se torna necessária uma análise minuciosa tanto do contexto histórico, político de cada palavra e ação, quanto do espectro social no qual os sujeitos estão imersos, haja vista que a construção de alinhamentos conservadores consolida alicerces para o silenciamento e a manutenção das estruturas historicamente construídas em torno do feminino, como o enclausuramento aos limites da casa, no qual a mulher exercia e ainda exerce as funções de mãe, esposa e, muitas vezes, de santa devotada e obediente.

Dentro desse aparente paradoxo, encontra-se Maria Josefa Barreto, que, mesmo estando à frente de dois jornais, seja na edição ou na escrita de artigos, manteve-se aliada ao Partido Restaurador, mais conhecido como Caramuru, que defendia a volta de D. Pedro I e tinha como síntese de seu pensamento as forças restauradoras e conservadoras da época.

No entanto, isso não diminui a posição vanguardista de Maria Josefa. Pelo contrário, seus escritos, modelados por uma linguagem forte e cheia de vivacidade crítica, demonstram sua participação nos debates políticos do período, e, além disso, revelam, pelos excertos sobreviventes, a força criativa e crítica com que ela expunha suas ideias e ideais, sem, contudo, perder a robustez de uma consciência política altamente densa.

Sendo assim, Maria Josefa Barreto, “pela data em que praticou seu mister (é) seguramente, a primeira jornalista brasileira” (OVIEDO, 2004). Portanto, o foco deste trabalho é o de se compreender como ela, na condição de mulher inserida em circunstâncias históricas de guerra profundamente marcadas pelo patriarcado, não se envergonhou ao machismo, pelo contrário, o enfrentou de forma incisiva a partir dos ofícios que exercia, tendo o jornalismo como expressão maior de sua postura enquanto mulher à frente das letras.

MARIA JOSEFA: UMA *BELLONA IRADA* NA *IDADE D’OURO*

Maria Josefa fundou, em 1833, um jornal chamado *Bellona Irada contra os sectários de Momo* (1833-1834), possivelmente, segundo Muzart (1990), o primeiro jornal criado por uma mulher no Brasil com cunho essencialmente político. O *Bellona*, (nome de uma divindade da guerra), em sua breve existência, produziu dez edições, “mas infelizmente os canhões farroupilhas consumiram com seu Belona, sem deixar exemplar.” (FLORES, 2013).

Portanto, nenhuma edição foi encontrada nas bibliotecas e acervos do país. Segundo Jung (2004), o jornal *O Bellona* foi um semanário de propriedade exclusiva de Maria Josefa e era um forte defensor do Partido Caramuru e pouco se sabe sobre o jornal. *Belona irada contra os sectários de Momo* ridicularizou “os pretensiosos políticos daquele tempo com sátiras incisivas, cheias de erudição e poesia”, no dizer de Múcio Teixeira. (TEXEIRA, 2009 *Apud* FLORES, 2013, p. 2015).

Também no ano de 1833, Maria Josefa colaborou com a produção de outro jornal, *A Idade d’Ouro* (1833 - 20/02/1834), com o jornalista Manuel dos Passos Figueroa. O impresso tinha como subtítulo *Jornal político, agrícola e miscelâneo*, ou seja, a principal preocupação dos seus editores era com a construção de comentários sobre a situação política do estado gaúcho, este envolvido em conflitos separatista que culminaram na Revolta Farroupilha.

Desse modo, possuía abertamente um posicionamento político que defendia a permanência da monarquia, tendo como principal representante dessa força conservadora ligada à manutenção do trono imperial o Partido Caramuru. Segundo o pesquisador Ivar Hartmann, no período que antecedeu à eclosão da Guerra dos Farrapos, a configuração da Assembleia Provincial era composta por duas forças políticas antagônicas:

Os deputados apelidados caramurus, favoráveis ao Governo Imperial, financiados pelos portugueses do comércio de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas e que indicavam o Presidente (governador) da Província e os farroupilhas que aglutinavam as forças do campo, estancieiros, charqueadores e militares, defensores de maior liberdade para a Província. (HARTMANN, 2002, p. 31).

O periódico *A Idade d’Ouro* lançou pelo menos até o número 32, tendo permanecido apenas o número 31, (JUNG, 2004), este se encontra no Museu da Biblioteca Pública de Pelotas, e é composto por dois excertos, um deles denominado *Política*. Os dois serão analisados logo a seguir.

Ora eis aqui os nossos fazedores de Repúblicas! E que tal! Sem saberem os primeiros elementos, querem dar-nos regras, e obrigar-nos a seguir suas doutrinas! Não há maior desaforo! Além de perversos, ignorantes, a ponto de não entenderem o que com a maior clareza está escrito! Quanto é desgraçado o Brasil, a quem esta corja de pedantes afeta querer endireitar!! Ora bravos os Solons, e os Licurgos que *nos querem dar a Lei*! Malvados aproveitai-nos da época; e temei Pan! Pan! Que já vos prognosticou a invicta BELONA. Brasileiros, o vosso governo é traído e vós o sois com ele igualmente: no centro da vossa Província se há suscitado uma facção, que tem por fim somente dominar-vos, espezinando o Pacto Social, postergando as Leis, e não atendendo mais que a seus caprichos, não vos aconselhamos a que violentamente recobreis vossos direitos, nada há mais perigoso que um semelhante modo de proceder: desenganai-vos, porém, e lançai mão dos recursos legais que vos assistem; ainda é tempo de dardes remédio ao mal, reagindo com a mesma arma, que conta vós empregarão (*Idade d'Ouro*, Porto Alegre, n. 31, 1833, p. 122).

É perceptível o tom irônico de Maria Josefa Barreto. Nele, a jornalista expressa seu posicionamento político de maneira a convocar/inquirir o leitor a compactuar e agir conforme os ideais que ela mesma defendia enquanto sujeito político. Assim, ao utilizar as formas pronominais de primeira pessoa do plural (*dar-nos, nos querem, dominar-vos*), Maria Josefa cria um efeito de sentido interessante: o de não apenas incluir-se enquanto enunciadora de um discurso, ou seja, como indivíduo que expressa sua opinião sobre um fato, mas, pelo contrário, ela cria simbolicamente, pelo uso estratégico das palavras, uma coletividade nacional, cujas convicções políticas se alinham ao pensamento do partido Caramuru, o qual a escritora era filiada ideologicamente.

Outro recurso a ser destacado nesse trecho é o uso recorrente do modo verbal no imperativo, principalmente no final do fragmento. O emprego dessas formas verbais revela a estratégia da redatora de incluir, no processo político em debate, seus leitores, cuja simpatia a redatora queria conquistar.

O sarcasmo também é um elemento estruturado e estruturante da própria crítica feita por Maria Josefa, como no trecho “além de perversos, ignorantes, a ponto de não entenderem o que com a maior clareza está escrito!” (*Idem*, 1833, p. 122). Nele, a redatora, de forma cirúrgica, ataca os republicanos, afirmando que esses são incapazes de ler o que está às claras, o que é nítido aos olhos. Há também a menção aos *Solons* e *Licurgos*, que foram grandes legisladores de Atenas e Esparta. Desse modo, Maria Josefa critica os republicanos que, segundo ela, “nos querem dar a Lei” (*Idem*, 1833, p. 122).

Outra alusão presente nesse trecho é ao deus Pan, de forma repetida e interjetiva. Isso nos sinaliza a aproximação que Maria Josefa tem com a estética *Árcade/Neoclássica*, em especial com o recorrente retorno à cultura greco-romana, em especial, à mitologia latina com seus deuses e figuras míticas, demonstrando o quanto a jornalista possuía conhecimento da produção literária em vigor no Brasil daquele período.

Acrescente-se a isso, a referência que a redatora faz ao seu outro jornal, o *Bellona*, que,

segundo ela, já tinha antecipado e feito um prognóstico sobre a conflituosa situação política nascida pela Revolta Farroupilha. Isso demonstra a atenção dado pela jornalista ao cenário político em que estava enraizada.

Assim, Maria Josefa protagonizou com seu *Bellona* e seu *A Idade d'Ouro*, a primeira experiência de uma mulher jornalista à frente da edição de um jornal. Além disso, ela pensou, escreveu e se posicionou diante dos embates políticos gaúchos do Brasil dos oitocentos.

Política é o outro excerto que persistiu às agruras do tempo. Ele se encontra na primeira página do jornal *Idade d'Ouro*, e não foi assinado. Dessa forma, não podemos assegurar que todo seu corpo fora escrito por Maria Josefa Barreto. No entanto, como se poderá constatar, o mesmo tom irônico e sarcástico, a mesma veemência com que defende suas ideias, o artifício de incluir o leitor a partir do manuseio estratégico da linguagem são elementos-chave da composição e da organização presentes nele.

Cabe ressaltar, ainda, que os recursos persuasivos oferecidos por ela permanecem durante toda a feitura do texto e que, mesmo sendo apenas um trecho, revelam o quanto Maria Josefa Barreto tinha o domínio do processo de escrita, articulando política e estilo literário em seus impressos.

Por questões metodológicas, o texto *Política* será dividido em duas partes. O intuito é observar o conjunto de procedimentos utilizados pela redatora no primeiro bloco, e, depois, no segundo, para que possamos articulá-los entre si e, posteriormente, com o fragmento já analisado anteriormente.

Já dissemos que se tem espalhado a notícia de que os Exmos. Presidente e Comandante das Armas são mudados e gradualmente elas vão crescendo de dia a dia as que ultimamente se espalharam ao som de estouros e repiques, avançam a mais: certificam a demissão destas duas respectivas Autoridades, e com a delas, a nossa, e não sabemos se de alguém mais; e diz-se que tudo isto é abonado por cartas, e bilhetinhos do Jan-Jan. Ainda o não podemos acreditar; porque enfim supor a possibilidade de tais fatos sob um Governo, que se diz Constitucional, é ter a madre na cabeça para conceber tudo quanto se lhe quer encasquetar; porém se bem reflexionarmos no bom do Decreto de 14 de janeiro do corrente ano, nada se pode admirar, e tudo concorre para que prestemos crédito a tal novidade; porque pela regra *Cesteiro que faz um cesto faz um cento*, se tem verga e tempo, também o que perpetrou um despotismo, estará pronto a obrar mil, se para isso se der ocasião. (*Política, A Idade d'Ouro*, Porto Alegre, n 31, 1833, n. p.).

No início, Maria Josefa Barreto faz referência “ao som de estouros e repiques” (*Idem*, 1833, n. p.), numa espécie de prenúncio à tensão política na qual o estado gaúcho iria enfrentar poucos anos mais tarde, a saber, a Guerra dos Farrapos, que durou dez anos (1835-1845), e é considerada por muitos historiadores como a guerra civil mais longa da história do Brasil.

Em seguida, o tom de ironia é direcionado à inconstitucionalidade das ações promovidas pelo governo. Para construir tal crítica, Maria Josefa Barreto utiliza-se do seu conhecimento do direito público, conforme podemos perceber a partir do uso da expressão “Decreto de 14 de

janeiro do corrente ano” [...]; e do adágio popular “Cesteiro que faz um cesto faz um cento” (*Idem*, 1833, n. p.). Desse modo, a jornalista articula dois níveis de saber para sustentar a sua opinião: o formal e erudito ao informal e popular.

Além disso, existe ao final do trecho um prognóstico que demonstra a acuidade do olhar político que Maria Josefa Barreto tinha com o estado de coisas à sua volta: “[...] se tem verga e tempo, também o que perpetrou um despotismo, estará pronto a obrar mil, se para isso se der ocasião” (*Idem*, 1833, n. p.). Tal visão é um apuro aguçado dos meandros da política brasileira da época, à qual era pautada no despotismo.

E se assim for, que dirá o Povo do Brasil, que há 13 anos trabalha por lançar o despotismo fora de seu território, vendo ressurgir nele o *quero-porque-quero*, mais audacioso que nunca? Brasileiros, o vosso Governo é traído, e vós o sois com ele igualmente: no centro da vossa Província se há suscitado uma facção, que tem por fim somente dominar-vos, espezinhando o Pacto Social, postergando as Leis, e não atendendo mais que a seus caprichos: não vos aconselhamos a que violentamente recobreis os vossos direitos, nada há mais perigoso, que um semelhante modo de proceder: desenganais-vos, porém, e lançai mão dos recursos legais que vos assistem; ainda é tempo de dardes remédio ao mal, reagindo com a mesma arma, que contra vós empregarão. No artigo 179 § 30, da Constituição, existe todo o vosso recurso; se a Facção desorganizadora empregou este meio para iludir o Governo contra vós, empregai-o vós também para abrir-lhe os olhos, que estas aves, pela maior parte, de arribação, tiveram astúcia de lhe fechar: não percais os preciosos momentos que vos restam; se persistirdes nessa deplorável apatia, em que jazeis, é inevitável o vosso mal. Eia; ombros à empresa; arredai de vós uma tal calamidade, poupai o sangue de vossos patrícios, em que a vossa terra corre o perigo de ensopar-se; meditai bem nesta admoestação, que vos fazemos, e deliberai vós; porque se agora o não fizerdes, é provável que depois queirais, mas já não seja possível. (*Política, Idade d'Ouro*, Porto Alegre, n. 31, 1833, n. p.).

Aqui se percebe o uso de palavras e expressões com forte carga semântica ligada ao sentimento nacionalista dos leitores: “o Povo do Brasil, brasileiros, o vosso governo, vossos direitos.” (*Idem*, 1833, n. p.). A utilização delas tem a finalidade de persuadir o leitor a acreditar que faz parte de um projeto de defesa nacional, no qual a participação de todos era imprescindível para alterar o rumo republicano que a política estava tomando.

Desse modo, apelar para o sentimento patriótico dos cidadãos parecia uma boa estratégia para alcançar uma comunhão de ideais, na qual a permanência do Império era o ponto de convergência. Maria Josefa emprega constantemente as formas verbais imperativas com o objetivo de promover a agência do leitor para se manifestar a favor das causas conservadoras, conforme podemos perceber no seguinte excerto: “Eia; ombros à empresa; arredai de vós uma tal calamidade, poupai o sangue de vossos patrícios” (*Idem*, 1833, n. p.).

Em ambos os casos, Maria Josefa Barreto revela, tanto no estilo, quanto no tom, um posicionamento claro, que, embora nacional conservador, traz à tona e a público uma mulher

discutindo abertamente assuntos políticos em um período no qual era vedado a todas o domínio do espaço e tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos excertos jornalísticos da escritora Maria Jofesa, encontrados no único exemplar sobrevivente do jornal *Idade d'Ouro*, no qual a jornalista foi redatora, identificamos como o fazer jornalístico da escritora rompeu com os papéis sociais destinados às mulheres naquele período da história do Brasil colonial.

Sobre essa questão, ao ser questionada em uma entrevista sobre o porquê da atuação das mulheres na Guerra dos Farrapos ser negligenciada pela história dita oficial, a pesquisadora Hilda Flores (2013) afirma categoricamente que esse processo de invisibilidade e silenciamento da produção (literária ou não) feita por mulheres é uma questão histórico-cultural, uma vez que no

Rio Grande do Sul, terra de fronteira, sempre valorizou o homem como fator da amplidão e da expansão geográfica. Em oposição, o universo existencial feminino por séculos se resumiu ao espaço doméstico, onde a mãe educa os filhos, administra o lar e zela pelo bem-estar do marido-senhor e mantenedor. Da longa guerra civil, foram documentados os combates promovidos a batalhas, os atos heroicos do homem, as decisões do comandante, em oposição ao soldado e à mulher, que permaneceram no esquecimento (FLORES, 2013, s/p).

Desse modo, a mulher é transformada violentamente pela lógica devastadora do machismo e por um sistema todo aparelhado (material e simbolicamente) em um fantasma a ser esquecido, expurgado da memória histórica, um ser que mesmo produzindo, deixando objetos, textos, vivências, relatos da sua vida é constantemente colocado à margem das sombras do ostracismo.

Nesse esforço de apagamento, o que resta (traços, sobras, cacos, fragmentos, trechos, excertos), o que de alguma forma consegue sobreviver/resistir à inexorável passagem do tempo transmuta-se em baluarte da resistência dessas mulheres contra as intempéries de um período histórico dominado pela mão do homem.

Sendo assim, com base na história de vida e na escrita literária e jornalística de Maria Josefa Barreto, as quais foram analisadas e discutidas ao longo deste artigo, que essa mulher-escritora, ao fundar uma escola mista, possibilitando, assim, a educação básica também para as meninas, e, ao escrever e discutir abertamente sobre política, desconstrói as regras sociais pré-estabelecidas para o sexo feminino no Brasil colonial e se torna uma mulher à frente das letras.

Dessa forma, esperamos que este trabalho possa contribuir para futuras (re)interpretações na área dos estudos de gênero, na perspectiva de lançar luz para a vida e a obra literária-jornalística de Maria Josefa Barreto e de outras tantas mulheres que por meio das letras, das artes e da luta diária inscreveram fissuras nas estruturas sociais e políticas a partir de microrresistências cotidianas, como, por exemplo, escrever.

REFERÊNCIAS

- CASTANHEIRA, Cláudia. *Escritoras brasileiras: momentos-chave de uma trajetória*. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 9, julho, 2011.
- CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. A Mulher no Período Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Corrêa et al. *O papel da mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1985. p. 103-154.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Mulheres na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre, 2013.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Hilda Flores lança Mulheres na Guerra dos Farrapos*. GaúchaZH. Porto Alegre, 2013. Disponível em < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/11/hilda-flores-lanca-mulheres-na-guerra-dos-farrapos-4331846.htm>.> Acesso em: 18 jun. 2020.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *A mulher na guerra dos farrapos*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS. n. 148. 2014.
- HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Nova Hamburgo: Feevale, 2002.
- JUNG, Roberto Rossi. *A gaúcha Maria Josefa: primeira jornalista brasileira*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- KLEIN, Ana Inêz. *Fronteiras de cristal: um estudo sobre a memória e a história através das crônicas “antigualhas: reminiscências de Porto Alegre”*. 2004. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- LOURO. Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 373-403.
- MINDLIN, José. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 19-22.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/ Edunisc, 1990.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX*. Anuário de Literatura, Florianópolis, p. 149-162, jan. 1996. ISSN 2175-7917. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5284/4714>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jun. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jun. 2020.

OVIEDO, Landro. Maria Josefa Barreto Pereira Pinto: o jornalismo da mulher em primeira mão. In: JUNG, Roberto Rossi. *A gaúcha Maria Josefa: primeira jornalista brasileira*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359.

Gildênia Moura de Araújo Almeida

Graduada em Letras (UFC) e Pedagogia (UNIP), especialista em Literatura Brasileira (UECE). Mestra em Letras (UFC). Doutora em Educação Brasileira (UFC) (2012). Pós-Doc em História da Educação (UFPB).

Atualmente trabalha como Técnica Educacional Formação Docente na CREDE 1 (SEDUC-CE). Pós-Doc em Letras Literatura pela Universidade Federal do Ceará (2018-2019) sob a supervisão da Profa. Dra.

Odalice de Castro Silva.

E-mail: gildeniamoura@gmail.com

Giselle Andrade Pereira

Graduada em Letras/Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Ceará (2017). Mestra em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Ceará, na linha de pesquisa Literatura/s, Linguagens e Outras Poéticas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa e realiza pesquisa na área de literatura de autoria feminina, crítica literária feminista, estudos de gênero, estudos de tradução e de adaptação fílmica.

E-mail: gisellealb@gmail.com

Johny Paiva Freitas

Graduado em Letras/Português (2015) e pós-graduando (modalidade Especialização) em Semiótica Aplicada à Literatura e Áreas Afins, pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Ceará, na linha de pesquisa Literatura: Tradição e Inovação. Atualmente, desenvolve suas pesquisas em torno dos usos e abusos da memória e do passado nas obras de Ana Maria Machado. E-mail: johnypf.ufc@gmail.com

Recebido em 19/07/2020.

Aceito em 20/10/2020.